



CENTER FOR STUDIES ON INEQUALITY AND DEVELOPMENT

TEXTO PARA DISCUSSÃO .165 - 2021

DISCUSSION PAPER .165 - 2021

Desigualdade econômica: porque se importar com ela

CELIA KERSTENETZKY - UFRJ

<https://www.ie.ufrj.br/cede>

<http://cede.uff.br>

Desigualdade econômica: porque se importar com ela

Celia Lessa Kerstenetzky

(texto a ser publicado como capítulo no livro Entendendo Políticas Sociais, organizado por Natália Satyro e Eleonora Schettini Cunha)

Este capítulo tem 3 objetivos:

1. Discutir as relações entre desigualdade e pobreza como foco de preocupação: pobreza ou desigualdade?
2. Apresentar razões para se considerar a desigualdade econômica problemática
3. Analisar até que ponto e até onde é razoável se preocupar com a desigualdade econômica

1. A pobreza é o que importa! Será mesmo?

Nesta seção, discutirei (i) como a preocupação com a pobreza nem sempre foi compartilhada e incondicional, e (ii) quando incondicional, identifica um certo tipo de desigualdade como causa; (iii) que a pobreza tem em si um componente relativo; e (iv) a preocupação com a pobreza no nosso tempo decorre do valor que conferimos a um certo tipo de igualdade.

Muitas pessoas concordariam que a pobreza é problema social a ser enfrentado de modo inequívoco; enfrentá-la seria uma espécie de imperativo moral. As sociedades modernas se tornaram tão prósperas materialmente, como aceitar com naturalidade que convivam com a pobreza de muitos de seus membros? O mesmo caráter de imperativo moral, contudo, não parece revestir a ideia de que as desigualdades devem ser enfrentadas. Em debates em filosofia política, por exemplo, alguns autores ao diferenciar esses dois diferentes desconfortos elegem a pobreza como o problema genuíno a ferir nosso senso de justiça. Segundo esse argumento, que é a pobreza o problema social a perturbar nosso equilíbrio moral seria algo implícito até mesmo em teorias de justiça que questionam desigualdades. Este seria o caso, por exemplo, da família de teorias que advoga ser a sociedade justa aquela que busca, com máxima prioridade, melhorar a condição econômica de seus membros menos avantajados.

É preciso, contudo, complicar um pouco essas premissas.

(i) Pobreza: preocupação nem sempre compartilhada ou incondicional

Em primeiro lugar, a preocupação com a pobreza nem sempre foi compartilhada nem mesmo incondicional. Por um longo período de tempo, a pobreza foi representada como sinal de pureza, simplicidade e virtude (representação que curiosamente recobriria certo prestígio junto a críticos contemporâneos da sociedade de consumo) - além de passe livre para as amenidades do além (“é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus”). Na época moderna, contudo, a pobreza ganhou status de problema, mas de um modo não linear, como veremos.

De um lado, filósofos morais do século 18, como Adam Smith, por exemplo, argumentariam ser a pobreza pouco estimuladora de simpatia. Em seu tratado sobre moralidade, *A Theory of Moral Sentiments*, Adam Smith observaria que nossa capacidade de simpatizar com os pobres é mais fraca do que nossa admiração pelos ricos (o que gostaríamos de ser). Nossa simpatia pelos pobres dependeria do quanto estes se empenhariam em romper com sua condição. Esse ‘sentimento moral’, articulado por Adam Smith, sustentaria a distinção, em voga na Inglaterra entre os séculos 17 e 18, entre pobres meritórios, que merecem auxílios por estarem impedidos de trabalhar ou demonstrarem esforço e diligência, e pobres não meritórios, todos os demais, física e mentalmente capazes. A simpatia com a condição dos pobres, estaria, portanto, circunscrita aos incapazes, os irremediavelmente dependentes. Quanto aos pobres capazes, ela estaria condicionada ao comportamento deles, se empenhados em superar sua condição material ou não.

(ii) A condenação moral incondicional da pobreza coloca um tipo de desigualdade no banco dos réus

De outro lado, há argumentos que advogam a condenação moral da pobreza de modo incondicional. Estes passam a proliferar a partir do final do século 19 na Inglaterra em consequência do fracasso das políticas dos séculos anteriores em administrar a pobreza com base em assistência exclusiva aos pobres meritórios. Segundo esses argumentos, a pobreza não adviria de escolhas dos indivíduos, capazes ou incapazes. Certamente, não de escolhas realmente livres ou mesmo significativas. Seriam as estruturas econômicas e sociais, com sua distribuição desigual de opções, oportunidades e proteções contra contingências, as principais responsáveis por atirar indivíduos, famílias e grupos sociais à condição de pobreza. Incluindo aqui os estados de pobreza de iniciativa (‘indolência’) e de decisão (‘decisões imediatistas’), até então entendidos como de responsabilidade exclusiva dos pobres capazes.

Chegamos a esse ponto com argumentos a ilustrar que a condenação moral da pobreza nem sempre ocorre; quando ocorre, não é algo necessariamente incondicional; e quando incondicional, ela aponta o dedo acusatório na direção das estruturas que distribuem oportunidades e proteção de modo desigual.

(iii) Pobreza misturada com desigualdade

Outra questão é observar, ainda com Adam Smith, dessa vez em outra obra, *A Riqueza das Nações*, que a pobreza possui uma dimensão relativa. Quando nos preocupamos com ela, estamos simultaneamente nos preocupando com um certo tipo de desigualdade.

A ideia introduzida por Adam Smith é que a pobreza violaria um certo padrão: é-se pobre em relação ao padrão de vida prevalecente, e este padrão refletiria o nível de desenvolvimento material da comunidade onde se vive. Esse argumento se desdobra em 3 partes. Admirado com o sucesso da sociedade comercial de seu tempo, Adam Smith inicialmente observa que o mais modesto trabalhador inglês do século 18 é materialmente mais pródigo que muitos reis da África, “senhores absolutos das vidas e das liberdades de 10 mil selvagens nus” (Smith, 1983, p.47). Pobre na Inglaterra, talvez, mas não na África. Sugere, em seguida, que a desigualdade material entre o operário pobre e o rei africano em favor do primeiro é possivelmente tão grande quanto a que existe entre o operário e um príncipe inglês. Em África, o pobre inglês seria mais rico que o próprio rei! Conjuntamente esses argumentos parecem montar uma boa justificativa das desigualdades geradas pela sociedade comercial inglesa daquele tempo, justificativa baseada na observação da prodigalidade por ela permitida. Mas, em um terceiro trecho da *Riqueza das Nações* (Smith, 1804, p. 296), Adam Smith sugere que sociedades incapazes de garantir a seus membros o vestir-se de modo a não sentir vergonha de se apresentar em público não passariam por seu crivo moral. Ele parece, desse modo, sugerir um mínimo moral, o padrão de decência que a todos deveria ser garantido, para as desigualdades dessa mesma sociedade - mínimo este estabelecido por meio de uma perspectiva comparativa, como na ideia de “não sentir vergonha de se apresentar em público”.

(iv) Pobreza pode frustrar a aspiração moderna de igualdade moral e liberdades iguais

Um terceiro ponto a complicar a separação nítida entre preocupação com a pobreza ou com a desigualdade é observar que, a partir do século 18, a condenação à pobreza aparece relacionada pelo menos a um tipo de igualdade: a igualdade moral ou igual dignidade da vida humana. Na linguagem ordinária, é comum a referência à

condição de pobreza ou pobreza extrema como uma condição indigna, desumana; ela feriria a igualdade básica entre os humanos, a própria ideia de humanidade. Frequentes nos debates do século 18 e 19, os direitos naturais, ou a convicção de que somos igualmente dotados do direito à vida e à liberdade, e os direitos humanos, que deles se desdobram e impõem responsabilidades públicas, dão contorno mais nítido a essas noções algo vagas de humanidade comum. Noções, vale insistir, assentadas em ideias de liberdade e, sim, igualdade. A famosa frase de Rousseau, em sua condenação à desigualdade com base na violação da liberdade ilustra bem isso, parafraseando: ninguém deve ser tão pobre que precise se vender a outrem, ou tão rico que possa comprar o outro. É possível concluir com Rousseau que a preocupação com a pobreza se estende à preocupação com a desigualdade econômica, com os extremos que ela possa atingir, quanto mais não seja por seus efeitos negativos sobre a liberdade.

2. Qual o problema com a desigualdade, por que você deveria se preocupar com ela?

Nesta seção analisarei alguns dos motivos para nos preocuparmos com a desigualdade econômica. Tratarei de três conjuntos de motivos: (i) a desigualdade como causadora de problemas, (ii) a desigualdade como resultante de injustiças e (iii) a desigualdade como moralmente ofensiva, quando duradoura e extrema, e quando aumenta sem parar.

(i) A desigualdade causa problemas...

A desigualdade econômica, a depender de sua intensidade, é causa direta de problemas sociais, políticos e até mesmo econômicos. Nesse caso, ela é alvo de nossa preocupação se e na medida em que consideramos esses problemas importantes em si mesmos. Thomas Scanlon (2018) classifica esse tipo de argumento como *igualitarista em sentido amplo* – a preocupação com a desigualdade decorreria dos seus efeitos indesejáveis; Kerstenetzky (2002) classifica o argumento como uma preocupação *não intrinsecamente igualitarista* com a desigualdade. O ponto é que mesmo que você não se importe muito com as diferenças econômicas entre as pessoas, pode se importar bastante com os problemas que elas venham a causar.

1. A esta altura, a literatura econômica reúne evidência significativa de que desigualdades econômicas, sobretudo quando extremas, prejudicam o crescimento econômico e, ao fazê-lo, podem agravar a pobreza. Mas nem sempre se pensou assim.

Uma tese que gozou de grande prestígio na academia (e entre alguns ministros da economia!), a chamada hipótese de Kuznets (sugerida pelo economista Simon Kuznets em 1955), sustentava que a desigualdade, nos estágios iniciais de desenvolvimento de um país, acompanharia o crescimento econômico, crescendo junto com ele, e, uma vez atingido um certo patamar de desenvolvimento, ela acabaria declinando enquanto o país seguisse crescendo. A representação gráfica dessa dinâmica seria uma curva com formato de U invertido. A mensagem era clara: a desigualdade não é problemática para o crescimento, e este, a partir de um certo ponto, acabaria a limitando. Outra tese bastante influente, e de certo modo complementar à primeira, era a de um dilema entre eficiência econômica (crescimento econômico) e equidade. Segundo essa tese (desenvolvida pelo economista Arthur Okun em 1975), o esforço de promover igualdade por meio de políticas que transferissem renda dos mais ricos aos mais pobres acarretaria perda de eficiência (ricos e pobres não teriam muito incentivo para trabalhar e investir), comprometendo o crescimento econômico e prejudicando justamente aqueles a quem visava a beneficiar (os mais pobres). No Brasil, a ideia similar de “deixar o bolo crescer primeiro para depois distribuir” foi muito popular entre economistas e autoridades econômicas, especialmente durante o milagre econômico dos anos 1970 (mas, como sabemos, o bolo cresceu e só começou a ser distribuído mais equitativamente pós anos 1990, e graças a leis e políticas!). Até os anos 1990, essas foram posições dominantes na teoria econômica. A combinação das duas teses seria algo do tipo: desigualdades aumentam com o progresso econômico, mas este, uma vez atingido, as reduzirá sem a necessidade de políticas de redistribuição; ao contrário, se estas forem praticadas, o crescimento será comprometido e a condição dos mais pobres, prejudicada.

O avanço da pesquisa empírica em economia, a partir da segunda metade da década de 1990, foi desmontando essas certezas. Hoje se sabe que as previsões da hipótese de Kuznets não se estenderam para além do período e dos 3 países examinados (EUA, Reino Unido e Alemanha) – as desigualdades começaram a aumentar nos países desenvolvidos, já a partir do final da década de 1970, ao mesmo tempo em que as taxas de crescimento se reduziam fortemente. Ou seja, aumentos significativos das desigualdades nos anos 1980 e subsequentes foram compatíveis com taxas de crescimento declinantes. O U invertido da curva original de Kuznets se transformara no perfil de um elefante com tromba quase vertical!

Quanto à segunda tese, a evidência milita em favor das políticas de redistribuição adotadas por vários governos em boa parte do século 20: as transferências do governo

contribuíram para a redução das desigualdades e foram compatíveis com taxas de crescimento substanciais - enquanto, ao contrário, a retração de políticas redistributivas pós-década de 1980 (por exemplo, o corte de impostos progressivos) aumentou desigualdades e se fez acompanhar por crescimento mais lento.

Essas observações mostraram um cenário menos otimista do que as relações benéficas entre desigualdade e crescimento supostas nas duas teses mencionadas acima. Ademais, pesquisas recentes têm revelado que desigualdades extremas são de fato prejudiciais ao crescimento econômico (OCDE 2014) – sobretudo porque o progresso dos relativamente pobres e remediados, que desprovidos de recursos, não têm como realizar investimentos produtivos, se encontra impedido.

2. Desigualdades econômicas estão também associadas a desigualdades políticas (democracias enfraquecidas, tendendo a plutocracias) (Cohen 2009).

Os canais por meio dos quais esses efeitos são produzidos são as diferentes oportunidades de participação política e de influência sobre decisões coletivas de grupos sociais mais e menos ricos em recursos. De um modo geral, como alerta Thomas Scanlon (2018), os mais ricos têm maior capacidade de influenciar o curso da discussão política, são mais bem sucedidos em ocupar cargos políticos e têm maior chance de influenciar pessoas que ocupam esses cargos via, por exemplo, grupos de pressão e financiamento de campanhas. Essa desigualdade de oportunidades de influência acaba afetando a direção da agenda pública, o processo legislativo e as políticas públicas, colocando em risco, como lembra ainda Scanlon, a própria legitimidade de leis e políticas. Como justificar perante todos os membros de uma mesma comunidade política leis e políticas que sistematicamente favoreçam os mais bem aquinhoados sem promover equilíbrio social ou mesmo beneficiar os menos favorecidos? No Brasil, decisões contemporâneas, como regras fiscais rígidas e reforma tributária, acham-se fortemente enviesadas em favor dos mais ricos: em um país com tantas necessidades sociais insatisfeitas, que proveito os mais pobres podem tirar do congelamento dos gastos sociais do governo por 20 anos ou de reformas tributárias que não diminuam a carga sobre eles e não a redistribua para os ombros dos mais ricos?

3. De modo geral, desigualdades econômicas também implicam em controle de aspectos importantes da vida dos que têm menos recursos por aqueles que detêm mais recursos. A desigualdade política é um caso especial desse tipo de problema, mas é possível pensar, ainda com Scanlon, o grau de controle que os mais ricos ao controlar a riqueza podem exercer em termos de decisões sobre onde e como outros podem trabalhar,

sobre os bens e serviços que estarão disponíveis para eles comprarem, de um modo geral sobre como serão suas vidas – podemos acrescentar, por exemplo, onde podem morar, que escolas seus filhos podem frequentar, que atendimento de saúde eles podem ter, que relações interpessoais estariam abertas para eles, que aspirações eles podem cultivar. Para não falar do controle “cultural”, sobre as percepções e representações sobre a sociedade e o mundo e sobre si mesmos (os mais pobres) difundidas por veículos de comunicação dos quais os ricos são os proprietários. Essa capacidade de controle está associada ao grau de concentração de riqueza, e hoje se sabe que entre os 50% mais pobres de quase todas as sociedades para as quais há informação disponível, sejam elas mais ou menos desenvolvidas, o nível de riqueza líquida (riqueza descontada de dívidas) é próximo a zero. Em média, os 10% mais ricos concentram entre 65% e 70% da riqueza, sendo que o pequeno grupo dos 1% mais ricos concentra sozinho entre 25% e 35% de toda a riqueza. Essa concentração é ainda mais extrema no caso brasileiro, cerca de 50% apenas entre os 1% mais ricos. Como justificar a situação distributiva de um país onde 1% da população concentra 50% de toda a riqueza, enquanto 15% dos trabalhadores se encontram desempregados? Com Thomas Piketty, autor do famoso *Capital no Século XXI*, devemos nos perguntar, qual a justificativa para desigualdades tão extremas se elas não contribuem para o bem comum?

4. Há certamente efeitos negativos de desigualdades econômicas sobre as oportunidades econômicas - por exemplo, o acesso a bons empregos, com boa remuneração, ou, ainda, a possibilidade de abrir e tocar um negócio. Isso acontece quando renda e riqueza familiar estão por trás do acesso a oportunidades centrais para a realização econômica das pessoas. Não se trata apenas de posições e empregos serem ‘abertos’, isto é, de livre acesso, sem qualquer discriminação, com base, por exemplo, em sexo, religião, cor, local de residência, nos lembra ainda Scanlon. Trata-se de estágio anterior, quando talentos e ambições são cultivados pelas famílias e a desigualdade de recursos é fator determinante no sucesso da empreitada - ao facilitar para os mais ricos o acesso a uma oportunidade aberta, ao cobrir os custos e riscos envolvidos. Riqueza familiar, transmitida via doações e heranças, além de capital social (contatos e conexões) são fatores chave para o acesso a boas oportunidades econômicas, como reporta extensa literatura (Corak 2013).

5. Vários trabalhos registram a associação negativa entre desigualdades econômicas e coesão social, medida, por exemplo, pelo grau de confiança interpessoal (Rothstein & Uslaner 2005), ou pela intensidade e vivacidade de associações da sociedade

civil (Wilkinson & Pickett 2011), ou ainda pelo grau de segregação residencial e presença de ambientes sociais diferenciados (Kawachi & Kennedy 1997). Na mesma direção, estudos mostram uma preocupante associação entre desigualdades econômicas e criminalidade violenta (Fajnzylber, Lederman & Loyaza 2002). A ideia é que a desigualdade, especialmente quando duradoura, contribui para marcar diferenças quase que intransponíveis entre grupos sociais, que acentuam sentimentos de alteridade, indiferença e mesmo hostilidade. O Brasil, que figura entre os campeões mundiais de desigualdades econômicas, se destaca também em pesquisas internacionais seja pelo nível reduzido de confiança interpessoal, seja pela criminalidade violenta, que têm a desigualdade entre seus determinantes conhecidos. O estudo de Rothstein & Uslaner também encontra associação entre desigualdade econômica e corrupção.

6. Outros estudos relacionam desigualdades econômicas a problemas de saúde (Pickett & Wilkinson 2019; Marmot 2004) e estudos experimentais tem confirmado a relação de causalidade (Melita et al. 2021). Isso ocorre, por exemplo, quando a experiência e a percepção de pertencer a um status socialmente inferiorizado, ou de estar constantemente sob o controle de terceiros, gera ansiedade e estresse crônico, levando a quadros depressivos e outras complicações de saúde. De fato, desigualdades econômicas estão correlacionadas com desiguais taxas de morbidade, mortalidade e expectativa de vida entre grupos sociais e, aparentemente, não é apenas o acesso diferenciado a cuidados de saúde a razão dessas desigualdades de saúde: as próprias condições diferenciadas de saúde entre os indivíduos, associadas a hierarquias sociais e sentimentos de humilhação decorrentes de desigualdades econômicas, estariam também por trás desses resultados.

7. Desigualdades econômicas também estão correlacionadas com a geração e distribuição de riscos ambientais (Chancel 2020). Riscos ambientais tendem a ser gerados pelos mais ricos (que consomem mais energia e recursos naturais) e absorvidos pelos mais pobres (que estão mais expostos aos efeitos adversos sobre o meio ambiente, seja pela precária condição econômica que limita suas opções, seja pelo descaso público). No plano internacional, a ocorrência de eventos extremos associados à mudança climática e padrões de consumo adotados pelos mais ricos prejudica mais fortemente os mais pobres.

(ii) Desigualdades fruto de injustiças...

Outro conjunto de objeções às desigualdades econômicas se vincula ao fato de elas resultarem de instituições ou procedimentos injustos. Instituições ou procedimentos ferem nosso senso de justiça e geram desigualdades injustas quando, por exemplo, têm

sua natureza corrompida, isto é, quando tratam desigualmente os presumivelmente iguais e desse modo produzem diferenças econômicas.

Mas a injustiça das instituições pode ser mais sutil: elas podem não estar corrompidas no sentido acima, as mesmas regras em processos seletivos para bons cargos, empregos, posições valem para todos, e mesmo assim favorecer certos indivíduos em detrimento de outros e gerar desigualdades econômicas questionáveis. Por exemplo, o princípio de ‘carreiras abertas a talentos’ acaba favorecendo os grupos cujos membros tiveram a sorte de ser dotados de talentos naturais – o problema aqui é a sorte ser determinante do destino da pessoa, sem qualquer previsão institucional para compensar ainda que parcialmente os desafortunados. Ou, ainda, acaba favorecendo grupos sociais que tiveram acesso a melhores oportunidades para cultivar talentos. Essas oportunidades, como bem sabemos, se encontram dispersas em vários âmbitos - no sistema econômico, no sistema educacional, no sistema político; o acesso diferenciado a elas acaba sendo fator determinante na geração de desigualdades e, assim, estas se tornam alvo de objeção por nos parecerem injustas.

A concentração do acesso a boas oportunidades em certos estratos sociais, que como vimos anteriormente é consequência de desigualdades econômicas pré-existentes, coloca em questão as *instituições* que distribuem essas oportunidades na sociedade.

Por exemplo, o *mercado*, onde se compram e se vendem serviços, que integram a estrutura de oportunidades, em proporção ao poder de compra dos compradores; a *provisão de bens sociais públicos*, quando, se insuficiente, fortalece a estratificação das oportunidades disponíveis para compra no mercado; a *regulação pública*, quando não limita a estratificação permitida pelo mercado. De modo geral, é intuitivo perceber que quanto mais mercantilizada a oferta de oportunidades, maior a chance de ocorrer estratificação baseada em renda. Isso significa melhores oportunidades (e maiores ganhos) para os mais ricos, oportunidades não tão boas (e ganhos menores) para os mais pobres. Um outro exemplo é se o *sistema jurídico-político* é particularmente sensível ao poder econômico de indivíduos e grupos. Nesse caso, ele não apenas tenderá a favorecer os que estejam em melhor condição econômica, como reforçará a capacidade desses grupos de influenciar o sistema para seguir mantendo privilégios e posições. Nesse caso, a desigualdade econômica tanto resulta da operação de instituições injustas (que não distribuem equitativamente as oportunidades), quanto se constitui em causa desses mesmos vieses, como vimos anteriormente no argumento de desigualdades econômicas gerando desigualdades políticas.

(iii) *Desigualdades duradouras, extremas e crescentes...*

Além de causa de problemas e efeito de injustiças, desigualdades econômicas podem ser objeto de reprovação simplesmente por serem persistentes e intensas.

Quando desigualdades se cristalizam a ponto de demarcarem não diferenças transitórias, que podem desaparecer em uma ou duas gerações, mas lugares sociais duradouros – e aos quais se podem associar interdições, formais ou não, de acesso a posições, cargos, ocupações, lugares públicos - elas se tornam objeto de reprovação em si mesmas, neste caso, por ferir a noção de igualdade moral. Que daí decorram consequências reprováveis, ou que isso decorra de instituições injustas, não parece esgotar a razão pela qual essas desigualdades nos pareçam reprováveis. O que é a elas próprio é o fato de criarem diferenças insuperáveis, como uma ‘especiação’ – terreno fértil para relações de dominação e subalternização. Quando além de duradouras, desigualdades são também extremas e crescentes, como enfim justificar economias de mercado, onde tais desigualdades se observam e onde idealmente todos teriam chance de sucesso por meio de esforço honesto? Como pensar a própria ideia de sociedade – como *cooperação* social, envolvendo relações de reciprocidade - ou *comunidade* política, envolvendo objetivos comuns em meio a aspirações e interesses diversos?

Uma representação gráfica das relações problemáticas entre desigualdade e mobilidade social entre gerações é oferecida pela chamada *Great Gatsby curve*: mundo afora, desigualdades elevadas e crescentes vem construindo hierarquias sociais, especialmente em países emergentes (Corak 2013). O Brasil não escapa a esse vaticínio. Programas sociais, políticas de mercado de trabalho e políticas educacionais dos anos 1990 e primeira década e meia do século 21 interromperam o longo ciclo de invisibilização da pobreza, pauperização do trabalho e hierarquias educacionais rígidas no Brasil, e a mobilidade social ascendente começou a acontecer; contudo, este curto ciclo se interrompeu em anos recentes (OECD 2018).

* * *

A esta altura, estamos em posição de avaliar alguns dos principais argumentos normalmente levantados *contra* a preocupação moral com as desigualdades econômicas.

Dentre as mais conhecidas críticas à ideia de que as desigualdades importam está o argumento de que, do ponto de vista moral, o que deveria de fato preocupar seria a pobreza, não as diferenças econômicas entre as pessoas – o argumento que serviu de

abertura para este capítulo. Esse argumento, essencialmente negativo, possui uma face positiva, menos mencionada, mas bem mais incômoda. Esta é a ideia de que insistir na reivindicação de que a diferença importa, não apenas a condição de pobreza, decorreria de se conceder status de senso de justiça a algo que é na verdade inimigo da justiça, a inveja. Na comparação invejosa – de *invidia*, ou olhar enviesado -, a pessoa visa, e aspira, ao que o outro tem; a inveja reivindica equiparação. Em sua forma extrema, a inveja reivindica o rebaixamento puro e simples das posses do outro. Não podendo obter o que o outro possui, desejo que ele tampouco o possua.

A segunda objeção notória à preocupação com as desigualdades econômicas é o argumento que opõe a igualdade à liberdade, argumento desenvolvido pelos filósofos Friedrich Hayek e Robert Nozick. Segundo esses filósofos, a principal objeção ao combate às desigualdades é que este violaria liberdades que, enquanto valor, seriam mais fundamentais do que o alcance de equiparação material. Direitos iguais e invioláveis, como as liberdades pessoais e as liberdades econômicas, seriam violados quando o estado, por meio de várias intervenções, tentasse implementar um padrão de distribuição, como, por exemplo, a igualdade perfeita. A fonte de perigos é o estado, por sua capacidade de exercer coerção para que o fim almejado seja alcançado; a coerção legítima, nesse argumento, deveria se restringir apenas ao necessário à proteção das liberdades pessoais e econômicas.

Ambas as objeções, da inveja e da violação de liberdades, se combinam em uma terceira objeção ao combate às desigualdades, esta, de natureza econômica. Trata-se da ideia de que desigualdades econômicas são úteis para estimular a busca por qualificação e o esforço produtivo e assim promover eficiência e crescimento econômico que beneficiará a todos. A livre e incessante busca individual por melhorar de condição (e não por piorar a condição do outro), melhora cuja possibilidade é sinalizada pelos ganhos maiores obtidos por outros, promove o bem geral. A desigualdade provocaria emulação e ganhos agregados, enquanto a igualdade, movida por inveja, provocaria ressentimento e perdas no agregado. A tese de um dilema entre eficiência e equidade, a qual já fomos apresentados na primeira seção, se converteu em dogma da boa prática em teoria econômica por várias décadas.

Como essas objeções afetam as objeções às desigualdades que vimos discutindo nesta seção?

Em primeiro lugar, a preocupação com as desigualdades econômicas não é idêntica à defesa da promoção de igualdade perfeita (ou de qualquer distribuição

específica). Trata-se, longe disso, de demarcar desigualdades que seriam aceitáveis ou justificáveis: ou seja, aquelas que passassem pelo crivo das consequências prejudiciais, que não resultassem da operação de instituições e procedimentos injustos, que não se perpetuassem. Portanto, essa objeção não elimina os argumentos aqui apresentados. Do mesmo modo, a objeção da inveja tampouco redime desigualdades consideradas problemáticas, uma vez que tanto o argumento relativo a consequências indesejáveis das desigualdades, como o relativo a serem elas decorrentes de processos injustos e mesmo extremadas, de nenhum modo dependeram de se advogar um padrão de distribuição econômica que produzisse equiparação total (ou qualquer outro padrão específico). E mesmo que a reparação de problemas e injustiças requeresse a redução dos ganhos dos mais ricos, a justificativa para essa medida não seria a busca de equiparação em si, mas, de novo, a mitigação de problemas e correção de processos, procedimentos e imobilismos. Como vimos, não é preciso ser uma igualitarista pura para levantar objeções às desigualdades por conta de consequências, injustiças e anomalias. Finalmente, as teses do dilema eficiência-equidade e do benefício de desigualdades irrestritas têm perdido prestígio em vista das pesquisas das últimas décadas, como já discutimos aqui.

3. Até que ponto (e até onde) é razoável que você se preocupe com a desigualdade econômica?

Nesta seção, apresentarei questões referentes (i) ao que se podem considerar como desigualdades aceitáveis em uma dada sociedade – a sugestão é olharmos para a história e a geografia em busca de referências; e (ii) a que âmbitos de desigualdade (locais, regionais, globais) se constituem em fontes possíveis ou mesmo prováveis de preocupação – a sugestão é que há boas razões para a preocupação com a desigualdade em outros lugares além de nosso próprio país.

Em que pesem os motivos para justificar uma preocupação genuína com a desigualdade econômica, e aqui nos referimos apenas a alguns deles, é questão muito mais complexa estabelecer o limite aceitável para ela. Teorias de justiça, como a de John Rawls, sugerem que desigualdades justificáveis seriam as que decorressem do funcionamento de instituições e procedimentos justos. Contudo, restaria ainda um amplo campo de indeterminação, mesmo que eliminadas as desigualdades extremas e a igualdade perfeita como possibilidades.

Sem levar em conta, temporariamente, a restrição imposta pela crise ambiental, podemos imaginar caminhos práticos. Por exemplo, o que nos sugere a própria experiência humana como campo de possibilidades?

A experiência internacional ilustra diferentes regimes de desigualdades, dispersos geográfica e historicamente. Por exemplo, tivemos altos níveis de desigualdade de renda e riqueza no século 19, relativamente baixos níveis no século 20 e, de novo, crescentes níveis de desigualdades nas últimas décadas do século passado e início deste, que se aproximam dos patamares do século 19 (ver Piketty 2014). Visto da perspectiva de hoje, o século 20, o curto século que se iniciou na primeira guerra mundial e se estendeu até o início dos anos 1980, se candidata a ponto de referência de desigualdades aceitáveis.

A variedade geográfica também é significativa, principalmente ao longo das últimas décadas, onde desigualdades do século 19 se observam em economias de mercado emergentes, como o Brasil (entre os 10 países mais desiguais em renda e entre os 5 mais desiguais em riqueza) e desigualdades próximas aos níveis do igualitário século 20 se abrigam em alguns poucos países europeus, como o grupo de países da Europa nórdica. Os patamares de desigualdade econômica atingidos por estes últimos se candidatam aos melhores exemplos conhecidos de desigualdades justas.

Contudo, aqui se abre um conjunto de questões espinhosas, que devem estimular o debate acadêmico e político.

Em primeiro lugar, que indicadores devemos privilegiar para aferir a desigualdade econômica? A renda ou a riqueza? Esta é sempre muito mais concentrada do que a primeira. E quando se trata de mensurá-los, optaremos por computar a concentração no topo das respectivas distribuições - por exemplo, a parcela de renda ou riqueza apropriadas pelos 1% mais ricos - ou índices gerais como o índice de Gini?

Mais especificamente, em segundo lugar, como avaliar sociedades muito desiguais em termos de riqueza, mas não tanto em termos de renda, e, ainda, sociedades digamos igualitárias em termos de Gini, mas não igualitárias em termos de concentração no topo? Este último parece ser o caso dos países da Europa nórdica, mesmo assim, detentores das menores concentrações de riqueza documentadas. Haveria pontos cegos ou distorções de instituições que deveriam atrair nossa atenção neste último caso? Que argumentos se poderiam utilizar para ‘condenar’ tais distribuições, quando, por exemplo, consequências social ou politicamente danosas não fossem imediatamente percebidas nessas sociedades? Por exemplo, são países com elevada mobilidade social ascendente e democracias robustas. Se é difícil justificar a situação distributiva na qual poucos têm

muito enquanto muitos têm muito pouco, a situação à qual Rousseau fizera referência, não parece tão difícil justificar a situação distributiva em que muito poucos têm muito, mas muitos têm bastante, com oportunidades abertas e escolhas significativas para todos e sem hierarquias perceptíveis.

Não há como escapar à conclusão de que a reflexão normativa não pode resolver sozinha a indeterminação quanto a limites a desigualdades que passaram pelos filtros que ela mesma estabeleceu. Em parte, esses limites não de ser encontrados em mudanças de convenções sociais (o quão proibitivos passam a ser considerados certos níveis de desigualdades) e no campo aberto da disputa política. É preciso lembrar ainda, por outro lado, que a própria reflexão normativa depende de teorias sobre como funciona o mundo social, que podem perder validade e precisam se atualizar. Por exemplo, ideias de prosperidade compartilhada, implícitas em argumentos sobre justiça social, ideias que privilegiam o crescimento econômico como objetivo que impõe limites a ambições igualitaristas – supondo, por exemplo, que limitar muito a desigualdade pode acabar afetando incentivos econômicos e impedindo a melhoria material dos menos favorecidos -, essas ideias, repito, começam a se chocar com advertências sérias sobre os limites planetários, de que teriam sido ou estariam muito próximos de serem atingidos. O crescimento ininterrupto e o jogo ganha-ganha por ele viabilizado pode não ser mais uma opção – tal cenário forçará novos caminhos para a reflexão normativa. Por exemplo, levar a sério a alternativa de um igualitarismo mais restrito – onde os ganhos de poucos precisarão compensar as perdas de muitos. (Outro limite pode ser colocado por *problemas que se manifestarão no âmbito global*, argumento que desenvolvo a seguir.)

Finalmente, cabe refletir sobre se nossas preocupações com as desigualdades econômicas se limitariam apenas àquelas que nos são próximas, isto é, próximas de nossa experiência ordinária - a desigualdade no nosso país, por exemplo. Por que nos incomodariam desigualdades em outros países ou mesmo entre países ou entre grupos e indivíduos no mundo?

Uma boa razão seria se essas desigualdades por extremas e duradouras implicassem em violações de direitos humanos, e, portanto, do status de humanidade comum, a qual todos os humanos nos filiamos. Contudo, nossas ideias de humanidade universal vêm ganhando contornos cada vez mais concretos, sugerindo destinos de fato comuns. A globalização econômica, que nos reuniu em uma gigantesca comunidade econômica global, e a crise ambiental são novas circunstâncias de justiça a dirigir nossa atenção para o âmbito global e estimular uma reflexão sobre desigualdades justas,

legítimas ou aceitáveis também no plano internacional. E é possível que indiquem razões adicionais para nos preocuparmos com desigualdades econômicas em um país qualquer, o nosso, por exemplo, mesmo que essas não causem problemas ou sequer decorram de injustiças perceptíveis nesse país. Por exemplo, será que a riqueza muito concentrada, digamos, no Canadá, embora não ocasione muitos problemas no Canadá, afeta expectativas e realizações de africanos ou latino-americanos?

O fato mais geral é que destinos nacionais parecem cada vez mais reféns de decisões fora do alcance exclusivo da política nacional. O poder decisório quanto a um amplo conjunto de questões econômicas (com implicações sociais e ambientais) está desproporcionalmente concentrado em agentes tais como os governos dos países ricos, as corporações multinacionais, as elites econômicas globais, os organismos internacionais e as organizações globais. A produção de ‘males públicos’ globais, ou seja, prejuízos compartilhados globalmente sem respeito a fronteiras nacionais, é marcada por desigualdades econômicas. Elas estão por trás da distribuição desigual seja das origens, seja dos efeitos desses males. Por exemplo, a crise climática ameaça existencialmente mais os países menos desenvolvidos (e os mais pobres em qualquer país), embora seja produzida desproporcionalmente pelos mais ricos (países, corporações, “investidores” ou mesmo consumidores); os direitos de propriedade intelectual acumulados por corporações não apenas obstruem o avanço do conhecimento científico e tecnológico humano, como impõem custos elevados a países que estão aquém da fronteira científica e tecnológica; a capacidade econômica de países ricos para enfrentar pandemias e controlar o acesso a imunizantes e medicamentos prejudica especialmente os países mais pobres; a capacidade de gerar instabilidade financeira da grande finança internacional se traduz em crise econômica e social severa na periferia; os fluxos migratórios impulsionados pela inviabilidade da vida em países menos desenvolvidos decorrem de deficiências econômicas resultantes em parte de uma divisão internacional do trabalho que enriqueceu os países ricos e que não os favorece; a livre mobilidade de capitais no mundo global diminui a autonomia de governos para empreender projetos de desenvolvimento e redistribuição e enfraquece a posição do trabalho. Por último, desigualdades econômicas globais tornam mais difícil o alinhamento de interesses e a ação coletiva internacional para a preservação de bens comuns e provisão equitativa de bens públicos globais - ainda que esta possivelmente seja a melhor chance para viabilizar a raça humana e seu habitat.

Em síntese, desigualdades econômicas globais acarretam problemas econômicos, sociais e ambientais e ferem nosso senso de justiça, mesmo que nesse caso ainda não tenhamos instituições a quem legitimamente dirigir nossas queixas. O que não deveria obstruir nossa imaginação moral.

Em conclusão, desigualdades econômicas, especialmente se persistentes e intensas, além de responsáveis por graves problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais, são sintoma de que as instituições que têm regulado a vida social estão falhando fragorosamente.

Sugestões de questões a serem desenvolvidas:

- Que outras razões, além das que aqui tratamos, você poderia indicar para nos preocuparmos com as desigualdades?
- Como o Brasil, um país em que os 1% mais ricos detém 25% da renda e 50% da riqueza nacional, ilustraria os vários problemas que aqui indicamos como associados a desigualdades extremas?
- Que instituições e procedimentos poderiam ser identificados como promovendo desigualdades “injustas” no caso brasileiro?
- Pense em exemplos de interações entre desigualdades globais e impactos ambientais

Referencias

- Chancel, Lucas. (2020). *Unsustainable inequalities – Social justice and the environment*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Cingano, F. (2014). “Trends in income inequality and its impact on economic growth”. *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, no 163.
- Cohen, Joshua, “Money, politics, political equality”. In: J. Cohen, *Philosophy, Politics, Democracy* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 268-302.
- Corak, M. (2013). Income inequality, equality of opportunity and intergenerational mobility. *Journal of Economic Perspectives* 27: 79–102.
<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.27.3.79>
- Fajnzylber, Pablo, Daniel Lederman, and Norman Loayza. 2002. Inequality and Violent Crime, *The Journal of Law and Economics*, v. 45(1), 1-39.
- Kawachi, I. and B. P. Kennedy. Health and social cohesion: why care about income inequality? *BMJ*, 1997, Apr 5, 314 (7086); 1037-1040.

- Kerstenetzky, C.L. 2002. Porque se importar com a desigualdade, *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº4, 2002, pp. 649 a 675.
- Marmot, Michael, *Status syndrome: how your standing directly affects your health*, London: Bloombury, 2004.
- Melita, Davide , Guillermo B. Willis and Rosa Rodríguez-Bailón. Economic Inequality Increases Status Anxiety Through Perceived Contextual Competitiveness, *Front. Psychol.*, 24 May 2021 | <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.637365>
- OECD 2018, *Um elevador social quebrado?* <https://www.oecd.org/brazil/social-mobility-2018-BRA-PT.pdf>. Acesso em 23-08-2021.
- Piketty, Thomas. 2014. *Capital in the 21st Century*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Rawls, John, *A Theory of Justice*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press. 1971.
- Rothstein, B., Uslaner, E. (2005). All for all: equality, corruption, and social trust. *World Politics*, 58(1): 41–72. <https://doi.org/10.1353/wp.2006.0022>
- Rothstein, Bo and Eric Uslaner. All for One: Equality, Corruption, and Social Trust, October 2005. *World Politics* 58(01), 41-72.
- Scanlon Thomas, *Why does inequality matter?* Oxford: Oxford University Press, 2018.
- _____, (1804); *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, V. 2. Hartford: Printed for Oliver D. Cooke. Lincoln & Gleason, Printers.
- _____, *A Riqueza das Nações – investigação sobre sua natureza e suas causas*. Vol. I, São Paulo: Editora Abril Cultural.
- Wilkinson & Pickett, (2019). *The Inner Level: How More Equal Societies Reduce Stress, Restore Sanity and Improve Everyone’s Well-being*. Penguin Books Ltd.
- _____, (2011). *The Spirit Level: Why Greater Equality Makes Societies Stronger*, London: Bloomsbury Publishing; Revised, Updated ed. edition (May 3, 2011).